CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

PROCURADORIA JURÍDICA
CMS
EXAMINADO E APROVADO
Gildásio Rodrigues Alves
Procurador Chefe

CONTRATO CMS N° 08/2015
PROCESSO CMS DE ORIGEM N° 1942/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM A **CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR** E A **EMPRESA NUTRICASH SERVIÇOS LTDA.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR**, com sede à Praça Thomé de Souza, s/nº, nesta Capital, CNPJ nº 14.674.402/0001-86, neste ato representada por seu Presidente, Exmo. Vereador **PAULO SÉRGIO DE SÁ BITTENCOURT CÂMARA**, devidamente autorizado pelo art. 36, I e XIX da Resolução nº 910/91, publicada no DOM de 16 e 17/05/91 e a Empresa **NUTRICASH SERVIÇOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.194.191/0001-10, NIRE 29.201.294.316, sita na Avenida da França, nº 164, Edifício Futurus, 11 andar, Comércio, município do Salvador, estado da Bahia, CEP nº 40010-000, neste ato representada pela Srª **ROSANE DE FREITAS MÂNICA**, brasileira, divorciada, comerciante, devidamente registrada no Conselho Regional de Nutrição sob o nº 507, inscrita no CPF/MF sob o nº 297.961.430-72, residente e domiciliada na Av. Tancredo Neves, nº 1.672, 4º andar, Bairro do Caminho das Árvores, na cidade do Salvador, Estado da Bahia, CEP nº 41820-020, doravante denominadas, respectivamente, **CMS** e **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO,**

JURÍDICO NUTRICASH

GERENCIAMENTO E INTERMEDIAÇÃO DE BENEFÍCIO DE VALES COMBUSTÍVEL EM PAPEL IMPRESSO, albergado na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, resultante de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico nº 042/2014**, consoante do **Processo nº PR1942/2014**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA INTERPRETAÇÃO DO CONTRATO:

Este **CONTRATO** se regerá pelas normas de Direito Público, da Lei Federal nº 8.666/93 e, subsidiariamente, da Lei Municipal nº 4.484/92 e pelas normas de Direito Privado, no que couber.

Parágrafo Único - Integram o presente **CONTRATO** como se aqui transcritos fossem, a proposta da **CONTRATADA**, as especificações e demais elementos que compuseram o processo de licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

Prestação de serviços de administração, gerenciamento e intermediação de benefício de **VALES COMBUSTÍVEL em carnê impresso** para os servidores da CMS, bem como para uso da gestão da alta direção da Mesa Executiva que possibilitem a aquisição de combustível para abastecimentos de veículos automotores que servem a essa edilidade, através de rede de estabelecimentos credenciados, na forma definida pela legislação pertinente e dispositivos normativos do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme as condições estabelecidas no **Termo de Referência** e do edital de **Pregão Eletrônico n.º 042/2014** e na proposta firmada pela **CONTRATADA**, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

Parágrafo Único – A execução deste **CONTRATO** anda que aqui não transcritas, submete-se às demais condições estabelecidas no **Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 042/2014**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Cabe à **CONTRATADA** o cumprimento das obrigações que seguem:

JURÍDICO NUTRICASH

I. Fornecer à **CMS**, os vales solicitados, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do respectivo pedido;

II. prestar os serviços contratados dentro do melhor padrão de qualidade técnica e segurança;

III. atender às observações e reclamações da fiscalização da **CMS**, concernentes à execução dos serviços, adotando as providências requeridas nos prazos determinados pela **CONTRATANTE** ou com esta oficialmente *consensuados*;

IV. fazer os credenciamentos solicitados pela **CMS**;

V. providenciar sob suas expensas a entrega dos respectivos vales na sede da **CMS**;

VI. fornecer a **CMS**, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, a partir da informação prestada pela **CONTRATANTE**, esclarecimentos sobre a não aceitação ou dificuldade de utilização dos vales em estabelecimentos credenciados, detalhando as providências adotadas e o pronto restabelecimento do serviço;

VII. manter, durante a vigência do **CONTRATO**, no mínimo, o mesmo número de estabelecimentos credenciados, quando da assinatura do mesmo;

VIII. efetuar o pagamento aos estabelecimentos credenciados, do valor referente aos créditos utilizados pelos servidores da **CMS**, no prazo e de acordo com as condições contratuais junto aos mesmos;

IX. efetuar o pagamento aos estabelecimentos credenciados, do valor referente aos tíquetes utilizados pelos servidores da **CMS**;

X. todos os materiais, transportes, equipamentos e veículos necessários ao fornecimento, entrega e habilitação dos serviços serão de responsabilidade da empresa **CONTRATADA**;

XI. os vales combustível deverão ser impressos em papel moeda especificando o valor facial e o prazo de validade (não inferior a noventa dias), com nome da empresa emissora dos vales e da **CMS**;

JURÍDICO NUTRICASH

XII. comunicar trimestralmente à **CMS**, as alterações na relação dos estabelecimentos credenciados, fornecendo, preferentemente, nova lista dos mesmos;

XIII. fornecer os vales em até 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento do pedido;

XIV. a **CONTRATADA** deverá responder a **CONTRATANTE**, no prazo de até 24(vinte e quatro) horas, a partir da solicitação, esclarecimentos a respeito de informações sobre a não aceitação dos vales por estabelecimentos credenciados, detalhando as providências adotadas e concomitantemente o pronto restabelecimento dos serviços.

XV. fornecer estimativa mensal dos vales combustível em papel impresso conforme o quadro demonstrado abaixo:

FORNECIMENTO MENSAL DE VALES COMBUSTÍVEL

Nº DE CARNÊS	Nº DE TICKETS CARNÊ	VALOR FACIAL DE TICKET	VALOR TOTAL C/ TAXA DE ADM. DE 2,00%
De 060 a 250	20	R$25,00	R$ 127.500,00
De 060 a 250	20	R$15,00	R$ 76.500,00

XVI. a **CONTRATADA** deverá apresentar no ato da adjudicação relação com razão social, nome fantasia, endereço, CNPJ e telefones dos estabelecimentos comerciais legalmente credenciados, que deverá conter no mínimo os quantitativos abaixo:

a. **SALVADOR**: acima de 50 (cinquenta) estabelecimentos credenciados para aceitar o vale combustível em papel impresso;

XVII. a comprovação dos credenciamentos se dará através do catálogo de credenciados da **CONTRATADA** contendo no mínimo as exigências exigidas no edital e no Termo de

JURÍDICO NUTRICASH

Referência, declarando sob as penas da lei que as informações constantes do catálogo são verdadeiras. Esse catálogo deverá ser parte integrante deste **CONTRATO**;

XVIII. no momento da assinatura do **CONTRATO**, sob pena de rescisão, a **CONTRATADA** deverá comprovar sua rede credenciada na forma e dentro do quantitativo mínimo disciplinados no edital, com a respectiva listagem de credenciados, conferindo-se o prazo de 10 (dez) dias acaso se verifique a necessidade de credenciamento de outras redes;

XIX. a utilização dos vales combustível em papel impresso da **CONTRATADA** devem ser viáveis junto a uma ampla rede de estabelecimentos credenciados, que atendam satisfatoriamente aos servidores, em termos de qualidade, quantidade e preços, **na cidade de Salvador-Bahia**;

XX. a **CONTRATADA** deverá ter necessariamente credenciados **no mínimo 03 (TRÊS) redes de postos de combustível**, assim considerados, conforme a definição acima, **em Salvador-Bahia**;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CMS:

I. Requisitar à **CONTRATADA** emissão dos vales, indicando os valores pertinentes;

II. orientar seus beneficiários para que cumpram as determinações legais e não desvirtuem a utilização dos vales combustível;

III. realizar o pagamento da fatura em até 10 (dez) dias após o fornecimento dos respectivos vales.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS DE ENTREGA E DA FORMA DE EXECUÇÃO:

O prazo para início dos serviços deverá ser de no máximo 03 (três) dias após a assinatura do **CONTRATO**.

Parágrafo Único - O fornecimento do produto objeto deste **CONTRATO**, aqui não transcritos, deverá ser prestado na forma descrita no **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I** do edital de Pregão Eletrônico nº **042/2014**.

JURÍDICO NUTRICASH

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:

§1º - O pagamento será efetuado mensalmente, já acrescido da **taxa de administração de 2,00% (dois por cento)**, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega dos talões de vale combustível, mediante apresentação de relatórios contendo discriminação dos serviços prestados no período por atividades realizadas à Assessoria da Diretoria Administrativa, na pessoa do servidor Sr. Jaime José da Silva, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura contendo o atesto do referido servidor responsável pelo recebimento;

§2º - o Atestado de Recebimento será expedido pelo Fiscalizador da CMS, Sr. Jaime José da Silva, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da respectiva nota fiscal/ fatura, acompanhada do relatório dos serviços prestados no período a que o pagamento se referir, desde que tenham sido observadas todas as disposições constantes no Termo de Referência, contido no Anexo I do edital do Pregão Eletrônico nº **042/2014**;

§3º - a **CONTRATADA** obriga-se a executar os serviços, pela **Taxa de Administração correspondente a 2,00% (dois por cento)**, resultante da proposta vencedora da licitação, na qual deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza;

§4º - admite-se taxa de administração negativa;

JURÍDICO NUTRICASH

§5° - Além da documentação necessária exigidas no Termo de Referência, do Edital da licitação e da legislação pertinente, a "**CONTRATADA**" deverá comprovar, na forma da lei, índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) maior ou igual do que 01 (um) e Grau de Endividamento (GE) menor ou igual a ≤ 1 (menor ou igual a um), segundo as formulas abaixo:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}} \geq 1$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1$$

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} \leq 1$$

§6° - o valor percentual relativo à Taxa de Administração é de **2,00%(dois vírgula um por cento)** fixo e irreajustável, durante a vigência do **CONTRATO**. Nas possíveis prorrogações serão admitidas reduções da Taxa de Administração;

§7° - nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;

§8° - não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados contenham incorreções;

§9° - a **CONTRATADA** obriga-se a executar os serviços pactuados neste **CONTRATO**, resultantes da proposta vencedora da licitação, na qual estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI) e demais despesas de qualquer natureza, **inclusive os valores relativos às despesas de viagem dos auditores**/funcionários da **CONTRATADA**;

JURÍDICO NUTRICASH

§10 - constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da **CONTRATADA** no CADIN MUNICIPAL – SEFAZ/SALVADOR, exceto se suspenso, de acordo com a Lei Municipal nº. 8.421/13 e Dec. Municipal nº. 24.419/13, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento;

§11 - a **CMS** não efetuará, sob nenhuma hipótese, pagamentos de duplicatas ou quaisquer títulos, via cobrança bancária;

§12 - a **CMS** poderá deduzir de qualquer pagamento os valores correspondentes a:

I. Multas impostas nos termos contratuais;

II. multas, indenizações ou outros encargos impostos por autoridades competentes, decorrentes da execução do **CONTRATO**.

§13 - nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva do objeto contratado, total ou parcialmente;

§14 - Condiciona-se o pagamento a:

I – A indispensável apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa da execução do objeto contratado;

II - declaração do fiscalizador do **CONTRATO** de que o objeto contratado foi executado na forma avençada, nos termos do §1° da **CLÁUSULA DÉCIMA** deste **CONTRATO**;

III - comprovação da regularidade da **CONTRATADA** perante a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito – CND) e perante a Receita Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Certidão de regularidade Trabalhista e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certidão de Regularidade de Situação – CRS) e regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio da **CONTRATADA**;

JURÍDICO NUTRICASH

§15 - a **CONTRATADA** indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco, número da agência e da conta-corrente para efetivação do pagamento;

§16 - quando houver erro de qualquer natureza na emissão da Nota Fiscal, o documento será imediatamente devolvido à **CONTRATADA**, para substituição e/ou emissão de Nota de Correção, ficando o prazo previsto no §1º suspenso, somente voltando a fluir após as devidas correções.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO:

O preço acordado é fixo e irreajustável durante a vigência deste **CONTRATO**.

Parágrafo Único – O percentual referente à **Taxa de Administração é de 2,00% (dois por cento)**, irreajustável no período, de acordo com o **CLÁUSULA SEXTA**, §6º, deste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA:

O presente **CONTRATO** terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR GLOBAL ESTIMADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Este **CONTRATO** tem o valor mensal de **R$204.000,00(duzentos e quatro mil)**, e valor global estimado em **R$2.448.000,00(dois milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil reais)**, já estando inclusa a **taxa de administração de 2,00% (dois por cento)**, cuja despesa correrá por conta da Unidade Orçamentária 200002; Projeto/Atividade 01.031.016.2001- Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos; Elemento de despesa 3.3.90.39; fonte 000, do orçamento vigente da Câmara Municipal de Salvador.

§1º Esse valor poderá ser revisto nos casos de alteração na política econômica e/ou de revisão no orçamento da **CMS**;

JURÍDICO NUTRICASH

§2º constitui-se a estimativa de **R$2.448.000,00(dois milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil reais)**, em mera previsão dimensionada, não estando a **CMS** obrigada a realizá-la em sua totalidade, e não cabendo à **CONTRATADA** o direito de pleitear qualquer tipo de reparação, portanto a **CMS** se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a verba prevista;

§3º - no preço estão contemplados todos os custos da **CONTRATADA** relativos à taxa de entrega, mão-de-obra, salários, encargos sociais e trabalhistas, transportes, fretes, seguros, tributos e quaisquer outros custos ou despesas diretas e indiretas, taxas e contribuições relacionadas com o seu cumprimento. A **CMS** não admitirá qualquer alegação posterior que vise o ressarcimento de despesas ou custos não considerados nos preços ofertados, ressalvadas as hipóteses de criação ou majoração de tributos ou encargos sociais e trabalhistas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO E DA FISCALIZAÇÃO:

Os serviços serão prestados na Assessoria Técnica da Diretoria Administrativa, da Câmara Municipal do Salvador, situada na Rua Ruy Barbosa, nº 19, Edifício Rio Lima, 1º andar, Centro, Salvador, Bahia. CEP. 40.020-070.

§1º A fiscalização da prestação dos serviços objeto deste **CONTRATO** será exercida pela Assessoria Técnica da Diretoria Administrativa, na pessoa do Sr. Jaime José da Silva, nos termos do Art. 67, da Lei nº 8.666/93;

§2º a Câmara Municipal do Salvador se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com os termos deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO:

O presente **CONTRATO** poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no **art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.**

JURÍDICO NUTRICASH

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO E/OU RESCISÃO CONTRATUAL:

O presente **CONTRATO** poderá ser rescindido, ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no **art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES E DAS PENALIDADES:

De conformidade com o artigo 86, da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto contratado, incluindo os serviços acessórios (em sendo o caso), sujeitará a **CONTRATADA**, a juízo da Administração, a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

I. Retenção de pagamento enquanto perdurarem quaisquer pendências junto a **CMS**;

§1º Independentemente das multas previstas, a **CMS** poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) multa, de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do **CONTRATO**, a critério da Administração, levando-se em conta o prejuízo causado, devidamente fundamentado, devendo ser recolhida no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis a contar da notificação;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sua aplicação, nos termos do Art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666/93;

§2º as multas aplicadas serão deduzidas do valor total do **CONTRATO** ou parcela de pagamento relativa ao evento em atraso, independentemente de notificação ou aviso;

JURÍDICO NUTRICASH

§3º se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a **CONTRATADA** vier fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1%(um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente;

§4º ficará **IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR** com a **CMS** e será descredenciada da **Secretaria Municipal de Gestão - SEMGE**, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei 10.520, de julho de 2002, **PELO PRAZO DE ATÉ 05 (CINCO) ANOS**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no **CONTRATO** e das demais cominações legais, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade a **CONTRATADA**, quando:

a) Não mantiver a proposta, injustificadamente;

b) comportar-se de modo inidôneo;

c) fizer declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação;

d) cometer fraude fiscal;

e) falhar ou fraudar na execução do **CONTRATO**;

f) não apresentar situação regular, no ato de assinatura do **CONTRATO**;

g) recusar-se injustificadamente em retirar ou receber a nota de empenho;

h) não fornecer o objeto contratado;

i) fornecer objeto que não atenda à especificação exigida no edital.

§5º Comprovado impedimento em decorrência de caso fortuito ou força maior em relação às hipóteses elencadas na condição anterior, ficará a **CONTRATADA** isenta das penalidades devidas;

JURÍDICO NUTRICASH

§6º qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante estabelecido no **art. 87, §2º da Lei 8.666/93**;

§7° após aplicação de quaisquer das penalidades previstas no **§1º** desta **CLÁUSULA**, realizar-se-á comunicação escrita à imprensa, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente;

§8º as situações mencionadas no art. 87 do aludido diploma legal podem ensejar, a critério da **CMS**, a rescisão unilateral do **CONTRATO**;

§9º à **CONTRATADA** fica resguardado o direito de recorrer das penalidades previstas neste capítulo, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93;

§10 as decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para acompanhamento e fiscalização do objeto deste **CONTRATO** deverão ser solicitadas à autoridade superior competente, para a adoção das medidas necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

As multas devidas pela **CONTRATADA** serão cobradas através de processo de execução, ressalvada a cobrança direta mediante retenção ou compensação de créditos sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente **CONTRATO** será publicado, em extrato, no Diário Oficial do Legislativo Municipal conforme prescreve o **art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

O presente **CONTRATO** é celebrado com fulcro nas normas insertas na **Lei 8.666/93** e suas alterações, tendo por base as condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº **042/2014** e os termos da proposta apresentada pela **CONTRATADA.**

JURÍDICO NUTRICASH

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Salvador, Capital do Estado da Bahia, para dirimir as dúvidas decorrentes deste **CONTRATO**, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, justas e acertadas, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Salvador/BA, 01 de ABRIL de 2015.

PAULO SÉRGIO DE SÁ B. CÂMARA
CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

ROSANE DE FREITAS MÂNICA
NUTRICASH SERVIÇOS LTDA

TESTEMUNHAS:

CPF/MF: 065369131-91
RG: 01637703-60

CPF/MF: 263284535-15
RG: 13881574

JURÍDICO NUTRICASH